

# A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO  
ANGELA DE CASTRO GOMES  
COORDENAÇÃO

## A visita dos intelectuais aos Açores em 1924

---

*Carlos Cordeiro*

ENTRE 27 DE MAIO E 22 DE JUNHO DE 1924, UM GRUPO DE PERSONALIDADES de relevo na vida cultural e académica portuguesa visita todas as ilhas dos Açores. Integraram a “Missão Intelectual”, como também foi designada a visita, o escritor Antero de Figueiredo, o etnólogo José Leite de Vasconcelos, Teixeira Lopes, escultor e autor da maqueta do monumento a Antero de Quental, exibida nos Açores durante a estadia, Luís de Magalhães, escritor e político que se distinguira como ministro dos Estrangeiros na efémera Monarquia do Norte, Armindo Monteiro, professor de direito e especialista em questões económicas, d. Luís de Castro e d. Manuel Ribeiro de Bragança, professores do Instituto de Agronomia, autorizados pelo respectivo ministro para as suas deslocações serem consideradas em missão oficial de estudo nos Açores,<sup>1</sup> Henrique Trindade Coelho e Joaquim Manso, como representantes da imprensa. O *Diário de Notícias* enviava em reportagem Oldemiro César, *A Época*, Armando Boaventura e *O Século*, Raposo de Oliveira.

Nesta comunicação interessa-nos, sobretudo, perceber as motivações dos promotores da iniciativa, bem como os resultados alcançados e o debate político que ocorreu antes, durante e após a “visita”.

Antes de mais, será de destacar o facto de nos Açores, principalmente na ilha de S. Miguel, a reivindicação autonomista e o processo regionalista terem assistido a um novo fulgor com o início da publicação do quotidiano *Correio*

---

<sup>1</sup> Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 7 Jun.1924.

*dos Açores*, a partir de 1920.<sup>2</sup> Nesse diário se relançará a ideia da reunião de um congresso açoriano, que visaria a procura de soluções para o “problema açoriano”. Tratava-se, no fundo, de encetar uma espécie de “introspecção açoriana”, que permitisse a compreensão das grandes questões que embotavam o desenvolvimento dos Açores e promover estratégias que contribuíssem para esbater as rivalidades e clivagens que opunham ilhas contra ilhas, prejudicando a convergência de esforços para a melhoria das condições de vida no Arquipélago.

Nesses anos dez e vinte do século XX, mas com antecedentes já no último quartel do século XIX, acentuava-se o movimento regionalista ao nível cultural e propunha-se também a “confraternidade açoriana”, através de convívios culturais, recreativos e desportivos entre as diversas ilhas.

Toda esta movimentação regionalista e autonomista levantava fortes suspeitas nos círculos do poder instalado e em muita da imprensa local e continental a eles ligados. Se é certo que se tratava de um movimento em que se distinguiam, para além dos antigos monárquicos autonomistas, republicanos “históricos”, o facto, por outro lado, é que o Partido Democrático e os seus militantes mais conhecidos se afastavam, geralmente, dos debates regionalistas e autonomistas.

Tornava-se, pois, necessário acompanhar o processo de “introspecção” que se desenvolvia — mas que só seria concretizado, com outros pressupostos, em 1938 e em Lisboa — com uma campanha que “projetasse” a realidade açoriana, nas suas limitações, mas também nas suas potencialidades, em nível nacional. Havia, no fundo, que despertar na opinião pública nacional compreensão a propósito das reclamações açorianas contra o esquecimento e a injustiça, timbre da atuação do poder central em relação às grandes questões que caracterizavam a vida do Arquipélago. Não seriam suficientes os artigos em jornais

---

<sup>2</sup> Diário. Número inaugural de 1 de Maio de 1920. Continua em publicação. Fundado por ele e Francisco Luís Tavares, que abandonou a direção do jornal em Junho de 1921. José Bruno Carreiro manteve-se como diretor até 1937. Ele fora diretor e proprietário do semanário regenerador *O Distrito*, que se publicou em Ponta Delgada entre 1907 e 1908. Logo a seguir à implantação da República foi nomeado, por concurso, secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada, funções em que se manteve até à aposentação, em 1949. Francisco Luís Tavares, republicano histórico e um dos ativistas da greve académica de 1907, foi líder do Partido da União Republicana no distrito de Ponta Delgada, aderindo, depois, ao Partido Republicano Nacionalista. Foi deputado constituinte, governador civil de Ponta Delgada em vários períodos da Primeira República e eleito deputado em várias legislaturas.

de Lisboa publicados por açorianos a viver no continente ou as correspondências enviadas dos Açores para jornais de circulação nacional. Para uma maior eficácia teriam de ser os próprios continentais a falar (em termos positivos, entenda-se) dos Açores. Importava, sim, trazer aos Açores continentais que, “pela sua ilustração, pela sua posição nos meios intelectuais e no meio social português” assumissem, no seu regresso ao continente, o papel de uma espécie de “embaixadores” dos Açores junto da opinião pública nacional:

Regressando ao Continente, aos grandes meios onde marcam com os seus talentos, pelo seu prestígio e pela sua situação, esses homens seriam preciosos agentes de propaganda das nossas ilhas e na sua palavra ou na sua pena os Açores passariam a ter valiosos elementos de defesa, em tantas circunstâncias em que os seus interesses são postergados, as suas reclamações desprezadas e os seus objetivos desnaturados, pelo completo desconhecimento que deles há geralmente nos meios continentais”.<sup>3</sup>

Parece bem esclarecedora esta passagem de um editorial de José Bruno Carreiro, diretor do *Correio dos Açores*, quanto aos objetivos da “Missão Intelectual”: a propaganda dos Açores em nível nacional, a defesa dos seus interesses e também a clarificação dos objetivos autonomistas nos círculos políticos e jornalísticos do continente. Aliás, o antetítulo dos artigos sobre a visita era bem significativo dos desígnios dos seus promotores: “Propaganda dos Açores”. Pretendia-se, pois, que os “intelectuais” viessem observar o que eram e valiam os Açores pelo trabalho de séculos da sua população, e o que era ainda indispensável fazer-se para que atingissem o nível de desenvolvimento que lhes competia “pela sua riqueza e pelas fontes de prosperidade com que a Natureza” os dotara.<sup>4</sup>

Além do objetivo de “exaltação dos Açores”, a visita associava uma “grande homenagem à memória do Maior Açoriano — Antero de Quental”, e daí os convites a Luís de Magalhães, o último dos amigos íntimos de Antero ainda vivo, Eugénio de Castro, Manuel da Silva Gaio e Afonso Lopes Vieira, sendo

<sup>3</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 23 Mar. 1924.

<sup>4</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 23 Mar. 1924.

certo que os três últimos não puderam vir,<sup>5</sup> o mesmo acontecendo com Augusto de Castro.

O escultor Teixeira Lopes apresentaria nos Açores a maquete do monumento a Antero. Rui Ulrich (que não acompanhou a visita) e Armindo Monteiro avaliariam a situação económica e financeira insular, enquanto d. Luís de Castro se debruçaria sobre as questões agrícolas. Carlos Reis (que também não se deslocou aos Açores na ocasião) talvez se inspirasse na paisagem açoriana para as suas produções artísticas, enquanto seria de esperar que Reinaldo dos Santos (que também não viajou) viesse apreciar o património artístico açoriano.<sup>6</sup>

A visita seria suportada financeiramente pelo contributo de diversas firmas locais e pela colaboração de particulares, que garantiam também o alojamento na ilha de S. Miguel.<sup>7</sup>

O jornal católico *O Dever*, da Calheta, S. Jorge, considerava os participantes na “Missão Intelectual” como “reconstrutores da Tradição, pioneiros do Belo e cavaleiros andantes do novo Portugal”, conferindo, portanto, à visita o carácter tradicionalista apropriado, aliás, a uma parte dos componentes do grupo.<sup>8</sup>

A imprensa lisboeta deu relevo a esta iniciativa do *Correio dos Açores*. Em entrevista ao jornal *O Dia*, Luís de Magalhães destacava a homenagem que seria prestada a Antero de Quental, mas não deixava de referir as finalidades “patrióticas” da “Missão Intelectual”, nomeadamente o facto de os Açores serem mais conhecidos por estrangeiros do que pelos próprios portugueses. Era preciso, pois, “conhecer os Açores, viver a sua vida intelectual, artística, económica e financeira”.<sup>9</sup> Outros jornais de Lisboa também se referem à “visita dos intelectuais” em termos encomiásticos. O *Diário de Lisboa*, por exemplo, destaca a importância da iniciativa para a aproximação dos Açores ao continente. As ilhas revelar-se-iam aos continentais “na beleza sem par das suas

<sup>5</sup> Aquando da indicação da lista de convidados o jornal já adiantava a possibilidade de alguns não poderem vir, por compromissos profissionais. Cf. *Correio dos Açores*, *Ponta Delgada*, 23 Mar. 1924.

<sup>6</sup> *Correio dos Açores*, *Ponta Delgada*, 23 Mar. 1924. Sobre a visita dos intelectuais, v., por exemplo, Bettencourt (1995:41-47); Pavão (1995:29-39, 1990:7-15); Cordeiro (1999:371-384). Como exemplo de crítica sarcástica à iniciativa e seus promotores ver Batista (1924).

<sup>7</sup> Cf. *Correio dos Açores*, *Ponta Delgada*, 23 Mar. 1924. Nas restantes ilhas não se levantava a questão do alojamento, que teria lugar a bordo do navio em que viajaram.

<sup>8</sup> *O Dever*, Calheta S. Jorge, 14 Jun. 1924.

<sup>9</sup> *O Dia*, Lisboa, 19 Maio 1924.

paisagens e na abundante riqueza da sua agricultura, comércio e indústria”, destacando ainda o convívio afetuoso e culto que seria característico da vida social açoriana, em contraste com o que considerava ser corrente no continente, em que imperava o ódio.<sup>10</sup>

No Senado, nas vésperas da partida, o senador pelo círculo da Horta, José Machado Serpa,<sup>11</sup> saúda vivamente a deslocação aos Açores de um “grupo selecionado entre o que há de melhor e de maior ressonância nas letras e em algumas modalidades de cultura especializada”.<sup>12</sup> Tratava-se, destacava o senador natural da ilha do Pico, de uma viagem de recreio e de estudo, que serviria de propaganda dos Açores em nível nacional, e seria também destinada a homenagear Antero. Se não era um “acontecimento mundial”, não deixava de ter, no entanto, especial relevo, sobretudo se as instâncias oficiais seguissem aquele exemplo, deslocando-se aos Açores, “a fim de se aperceberem das dificuldades do Arquipélago no sentido de satisfazê-las”.<sup>13</sup> Estas palavras de saudação do senador democrático foram apoiadas pelas diversas bancadas do Senado,<sup>14</sup> salientando-se sempre o objetivo principal da homenagem a Antero.<sup>15</sup>

São bem significativas estas intervenções, que, no fundo, procuravam situar a viagem do grupo nos âmbitos turístico e cultural, afastando dos objetivos da visita quaisquer objetivos de índole política, nomeadamente quanto ao apoio às queixas contra o poder central ou às reivindicações autonomistas açorianas.

Chegados a Ponta Delgada a 27 de Maio de 1924, logo no dia seguinte o *Correio dos Açores* publica um número especial com a colaboração de intelectuais, jornalistas, políticos, professores, funcionários públicos, entre outros. No seu artigo, Aristides Moreira da Mota, velho autonomista e professor do Liceu de Ponta Delgada, fazia notar que a “visita” ou “missão” dos intelectuais se destinava a mostrar-lhes o que eram os Açores e o que o trabalho, energia,

<sup>10</sup> Cit. no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 6 Jun. 1924.

<sup>11</sup> V. nota biográfica na *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=10099>>. Acesso em: 23 Ago. 2010.

<sup>12</sup> *Diário do Senado*, sessão de 21 de Maio de 1924, p. 3.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> O *Correio dos Açores* afirma que o ministro da Marinha, em nome do governo, também se associou à saudação, o que não corresponde à realidade, pelo que se vê no respectivo *Diário do Senado*, sessão de 15 de Maio de 1924, p. 3-7. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 7 Jun. 1924.

<sup>15</sup> Cf. *Diário do Senado*, sessão de 21 de Maio de 1924, p. 2-6.

iniciativa e tenacidade dos açorianos conseguiram fazer das ilhas. Na sua perspectiva, tratava-se de um verdadeiro intercâmbio: se os açorianos teriam muito a aprender com os visitantes, não era menos certo também que os “continentais ilustres” teriam que experimentar as duras realidades açorianas, nos “dias de exílio” que passariam nas ilhas: as “agruras da insularidade”, o “desconforto da distância”, o “isolamento”, o “penoso revolutear do pensamento sobre si mesmo, entre o mar e o céu, à minguada de terra firme”.<sup>16</sup>

No dia 29, o *Correio dos Açores* apresentava nas suas páginas uma reportagem desenvolvida da viagem e do desembarque dos continentais. Muito ao gosto da época, transcrevia uma saudação dirigida aos visitantes pelos passageiros açorianos que viajavam no mesmo navio, o “Lima”, logo respondida, em verso, por Leite de Vasconcelos. Outro momento da viagem muito destacado foi a homenagem prestada pela tripulação e passageiros às vítimas heroicas do combate do caça-minas “Augusto Castilho” com um submarino alemão, em Outubro de 1918.<sup>17</sup>

A recepção no cais de Ponta Delgada teria sido calorosa. O repórter afirmava mesmo que fora uma das “mais afetuosas, carinhosas e vibrantes, por parte dos milhares de pessoas” que aguardavam os visitantes. Ainda a bordo, Aristides da Mota, em nome da comissão de recepção, saudou os visitantes, fazendo notar que os açorianos aguardavam “o ensinamento e o conselho” daquela “plêiade de homens notáveis”, sendo certo que agradeceriam o louvor como a correção e a censura. No fundo, esperava-se um “veredito” da “Missão Intelectual”: as “energias” dispendidas pelos açorianos, ao longo de cinco séculos teriam sido aproveitadas em benefício das populações ou, pelo contrário,

<sup>16</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 28 Maio 1928.

<sup>17</sup> O comandante do “Lima”, Caetano Moniz de Vasconcelos, bem como o médico de bordo, Diogo de Abreu, e o comissário, Gil de Arruda, integravam a tripulação do navio “S. Miguel”, que escapou ao ataque pela ação do “Augusto Castilho”. Transcreve-se o auto da cerimónia: “Aos vinte e seis dias do mês de Maio de 1924, os oficiais do vapor ‘Lima’, da Empresa Insulana de Navegação, a missão de artistas, professores e escritores e os representantes da Imprensa de Lisboa que vão às Ilhas a convite do ‘Correio dos Açores’, à passagem pela latitude 35º, 35’ e longitude W 22º, 10’, ponte onde, no dia 14 de Outubro de 1918, em defesa dos passageiros do vapor ‘S. Miguel’, comandado então pelo atual comandante do ‘Lima’, Caetano Moniz de Vasconcelos, o comandante Carvalho Araújo heroicamente sacrificou a sua vida, descrevendo na História Pátria a mais bela página da Grande Guerra, comovidamente evocaram a memória sagrada do valente oficial, do aspirante Elói e demais tripulantes mortos em combate com um submarino alemão, lançando ao mar algumas flores, cerimónia a que todos os tripulantes e passageiros do ‘Lima’ religiosamente assistiram”. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 29 Maio 1924. Sobre o combate, veja-se, por exemplo, Fernandes (1961).

essas “energias” foram “limitadas na sua ação” por falta de “potencial” ou por outras mais poderosas, que, “em vez de cooperarem para vantagem recíproca”, se lhes opunham?<sup>18</sup>

Se dúvidas houvesse quanto aos objetivos da “missão”, Aristides da Mota deixava-os bem claros: pretendia-se, por um lado, uma espécie de avaliação dos progressos da agricultura e da indústria, ou seja, da capacidade do povo açoriano em acompanhar o progresso da civilização europeia e, por outro, a observação da conjuntura relativa às obras públicas, transportes, ensino e beneficência pública, sectores que exigiam financiamento ou intervenção do Estado. E a ideia autonomista da “livre administração dos Açores pelos açorianos”, de que Aristides da Mota fora, desde finais do século XIX, um dos protagonistas mais empenhados ficaria bem patente neste extrato da sua “saudação”: “Digam-nos se o nosso passado e o nosso presente garantem ou não que temos juízo suficiente para administrarmos o nosso pecúlio, vivendo dias na casa paterna e prestando obediência ao *pater-familias*, ou então condenem-nos a eterna tutela”.<sup>19</sup>

Será nesta mesma perspectiva que Luís de Magalhães responderá à saudação: as reclamações açorianas eram justas, considerando que as dúvidas lançadas no continente sobre o patriotismo das populações insulares não tinham qualquer fundamento.<sup>20</sup>

Para além dos cumprimentos protocolares, das recepções sociais, dos banquetes, dos lanches, dos *five o'clock tea*, dos bailes, dos passeios turísticos, em diversos locais com entusiásticas recepções da população e com as ruas atapeadas de flores<sup>21</sup>... os convidados visitaram estabelecimentos industriais, explorações agrícolas, instituições de assistência, museus, monumentos (sobretudo igrejas). Tiveram, igualmente, oportunidade de assistir a manifestações culturais eruditas (concertos, exposições, récitas de gala) e de participar em

<sup>18</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 29 Maio 1924.

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> Uma reportagem do *Correio dos Açores* dá bem nota do empenhamento das comissões de recepção locais para impressionar positivamente os convidados. Veja-se o exemplo da freguesia das Furnas, em S. Miguel: “Depois é o deslumbramento da caminhada até ao hotel, na maravilha das ruas transformadas magicamente em tapetes de flores. Ah, o admirável, o inolvidável, o impressionante espetáculo dessas ruas! Parece que mãos de fadas andaram a tecer aqueles tapetes, que se estendem intermináveis e policromos, com saudações em pétalas, desenhos caprichosos que variam de rua para rua. [...] Todo o chão rutila na vivacidade das cores; de metros a metros os desenhos variam; tudo aquilo é feérico e também um conto oriental”. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 12 Jun. 1924.

festividades religiosas (festas do Espírito Santo, em Rabo de Peixe) e populares (tourada à corda, na Terceira).

Cada um dos participantes neste roteiro pelas ilhas<sup>22</sup> desenvolveu atividades de divulgação relativas à sua profissão ou área de especialidade.<sup>23</sup> Assim, d. Manuel Ribeiro de Bragança fez uma preleção aquando da exposição pecuária e uma conferência sobre “Zootecnia e o problema pecuário em S. Miguel”; d. Luís de Castro, conde de Nova Goa, dissertou sobre “Portugal agrícola”; Luís de Magalhães apresentou a sua conferência sobre “Antero e Vila do Conde”; Antero de Figueiredo falou sobre o seu livro *D. Sebastião*; Armando Boaventura apresentou uma conferência sobre “Portugal na tradição” e fez uma preleção aos jovens da Juventude Católica de Ponta Delgada intitulada “Lendas e milagres em Portugal: um apelo às Juventudes Católicas”; Trindade Coelho apresentou duas conferências: uma sobre “Junqueiro e a sua obra” e outra sobre “Política nacional”; Armindo Monteiro falou sobre “Um futuro melhor: as possibilidades económicas e financeiras da ressurreição portuguesa”; José Leite de Vasconcelos deslocou-se ao Liceu Central Antero de Quental para falar sobre “Toponímia portuguesa”.<sup>24</sup> Segundo o *Correio dos Açores*, não desmentido pela generalidade da imprensa micalense,<sup>25</sup> as conferências<sup>26</sup> tiveram larga

---

<sup>22</sup> Em S. Miguel estiveram cerca de três semanas (de 27 de Maio a 13 de Junho e depois, no dia 21 de Junho, no intervalo da chegada das ilhas do Oeste e da partida para Lisboa). Tratando-se da maior ilha, a mais populosa, com maior desenvolvimento económico e de onde partiu o convite, era compreensível que assim acontecesse. Mas houve também outra razão: as dificuldades de transporte interilha, não permitindo, nas restantes ilhas, que os continentais pudessem permanecer mais do que algumas horas ou um dia, no máximo.

<sup>23</sup> Nas reportagens sobre as diversas atividades da “Missão Intelectual” seguimos, fundamentalmente, o *Correio dos Açores*, cujo diretor, José Bruno Carreiro, foi o promotor da visita e, portanto, foi este o jornal que mais destaque deu ao evento.

<sup>24</sup> Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1, 4, 6, 7, 8 13 e 26 Jun. 1924. *Ib.*, Ponta Delgada, 13 Jun. 1924.

<sup>25</sup> O jornal *A Pátria*, do PRP, é irónico ao descrever a assistência a uma das conferências: “*Salle comble*. O auditório apresentou-se à altura das circunstâncias. Casacas, *smokings*, gravatas brancas, peitilhos luzidios, orquídeas nas botoeiras, grande uniforme, enfim. As senhoras, claramente vestidas de sedas leves, esmaltadas, de onde a onde, de alguma joia antiga”. *A Pátria*, Ponta Delgada, 9 Jun. 1924.

<sup>26</sup> As entradas nas conferências realizadas no Teatro Micalense eram pagas, destinando-se a receita ao “cofre do monumento a Antero de Quental” (*Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1 Jun. 1924). Este “cofre” foi iniciativa de uma Comissão para a ereção de um monumento a Antero de Quental em Ponta Delgada. A maqueta do monumento, da autoria de Teixeira Lopes, esteve patente no Teatro Micalense. O monumento não chegou a ser concretizado. Segundo Nestor de Sousa, “o esboço apresentado era de aparatoso e simbólica composição, a que não faltava coluna romântica para suporte da estátua de corpo inteiro. Com ele satisfazia-se o gosto dos encomendadores. Já não o custo da obra”. A

participação de “tudo o que a sociedade micaelense conta[va] de mais distinto e ilustre”.<sup>27</sup>

A homenagem a Antero constou de uma romagem ao cemitério de S. Joaquim, em Ponta Delgada. Junto ao seu túmulo houve intervenções de alguns dos continentais e do presidente da comissão do monumento, Humberto de Bettencourt. Um orfeão de alunas da Escola Normal Primária de Ponta Delgada interpretou um coral sobre o soneto de Antero “Na mão de Deus”, composto expressamente para a cerimónia pelo maestro açoriano Tomás de Borba.<sup>28</sup> Nesse mesmo dia 8 de Junho, à noite, Luís de Magalhães proferiu uma conferência, no Teatro Micaelense, sobre “Antero e Vila do Conde”.<sup>29</sup> A maquete do monumento a Antero, da autoria de Teixeira Lopes, esteve em exposição no Teatro, causando “o assombro de quantos a viram”.<sup>30</sup> Por fim, no dia 12, sendo tempo de se proceder à exumação dos restos mortais de Antero, ao “ato solene” compareceram, além de membros da família, Luís de Magalhães, Antero de Figueiredo e Teixeira Lopes, assim como elementos das comissões de recepção e do monumento.<sup>31</sup>

Da parte da “Missão Intelectual” não podiam os açorianos receber mais elucidativos elogios. Numa viagem “triumfal” pela ilha de S. Miguel, por exemplo, perante as recepções populares, Armindo Monteiro teria exclamado: “lembrar-se a gente que Portugal já foi assim”, ao que Antero de Figueiredo acrescentara que “naquele momento só uma tristeza tinha [...]: teria que regressar ao continente, ao contacto da rua do Ouro e da Brasileira”. O jornalista de serviço concluiu:

É que, efetivamente — nunca será demais acentuá-lo — o que, acima da sua beleza, aquelas manifestações significavam e diziam era o espírito do nosso povo,

---

Comissão autodissolveu-se em 1941. Assim, só mais tarde, em 18 de Abril de 1942, centenário do nascimento de Antero de Quental, foi inaugurada parte de um monumento, da autoria de Canto da Maia, só completado em 1995. Cf. Sousa (2004:187-189).

<sup>27</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 8 Jun. 1924.

<sup>28</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>29</sup> Cf. *Id.*, 7 Jun. 1924.

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> Cf. *Id.*, 13 Jun. 1924. A reportagem do *Correio dos Açores* destaca que os ossos do esqueleto e crânio se encontravam já muito desfeitos, “bem como uns pequenos pedaços de fazenda do fato”. Os sapatos (que se encontram em depósito na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada) estavam ainda em relativo bom estado de conservação.

o seu fundo bom, são e afetuoso, os seus sentimentos de respeito por tudo o que deve ser respeitado, a existência na alma açoriana de todas as virtudes que dignificam e honram um povo, e a esperança, a forte esperança desse povo em sentir-se doravante mais justamente apreciado e julgado, em sentir no Continente solidariedades novas e poderosas, novos afetos, novas vozes a defendê-lo e a apoiá-lo.<sup>32</sup>

A imprensa ligada ao Partido Republicano Português é muito crítica relativamente à “Visita dos Intelectuais”, ligando-a a intuítos nitidamente monárquicos, quer dos promotores da iniciativa, quer da parte dos convidados, pela visão derrotista transmitida na maioria dos discursos sobre a realidade nacional e regional. Não havia mesmo qualquer reserva em se considerar monárquico José Bruno Carreiro,<sup>33</sup> apesar de ser secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada, cargo que exerceu entre 1910 e 1937, colaborando com governadores civis das várias tendências político-ideológicas da Primeira República, da Ditadura Militar e dos primeiros anos de vigência do Estado Novo.<sup>34</sup> Além das acusações de monarquismo, também se denunciava a falta de patriotismo de José Bruno e seus colaboradores. Ainda antes da publicação de notícias sobre a vinda dos continentais, já o jornal democrático *A Pátria* associava regionalismo a “desnacionalização” e a monarquismo e os líderes do movimento eram apodados de “monárquico-americano-regionalistas”.<sup>35</sup>

O jornal dos democráticos micalenses procura contrapor os discursos patrióticos dos intelectuais aos objetivos políticos de José Bruno e o seu grupo. É neste sentido que, pelas suas afirmações profundamente patrióticas, exalta o discurso de Luís de Magalhães ao chegar a Ponta Delgada, destacando as referências aos Açores como “prolongamento de Portugal” e aos açorianos como “velhos portugueses”, representantes da “alma portuguesa”. E este patriotismo dos continentais ficara, igualmente, bem patente na homenagem prestada em alto-mar ao herói republicano Carvalho Araújo. Ora, este tipo de comportamento dos monárquicos que compunham a “Missão Intelectual” — talvez a maior parte do grupo, sugeria o articulista — ultrapassava as questões meramente políticas e, portanto, merecia os aplausos dos “verdadeiros republica-

<sup>32</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 6 Jun. 1924.

<sup>33</sup> Cf., p. ex., *A Pátria*, Ponta Delgada, 16 Jun. 1924.

<sup>34</sup> Sobre José Bruno Carreiro, v., em especial, Rodrigues (1981/82:77-110).

<sup>35</sup> *A Pátria*, Ponta Delgada, 4 Fev. 1924.

nos”. Para tal, seria necessário que os visitantes se mantivessem afastados das questões políticas e se dedicassem “à propaganda bem mais digna da solidariedade nacional”:

Esqueçam agora os nossos ilustres visitantes o seu credo político, mesmo para não ofenderem as crenças dos açorianos que não navegam nas águas monárquicas e para não servirem de pomo de discórdia [...] e façam *portuguesismo puro, lusitanismo claro*, iniludível, que bem precisam dele alguns dos seus próprios caudatários. Será um serviço à pátria e aos Açores.<sup>36</sup>

Resumindo a sua posição sobre a iniciativa de José Bruno Carreiro, o jornal do Partido Democrático defendia que, tendo em consideração as posições antirrepublicanas, quando não antinacionais, que o diretor do *Correio dos Açores* vinha imprimindo ao jornal desde a sua fundação em 1920, “nenhum republicano cioso da sua dignidade e dos seus princípios” devia apoiar a iniciativa, ainda que reconhecesse que os visitantes constituíam uma “plêiade de homens ilustres”. Na sua perspectiva, só dois dos componentes do grupo podiam ser considerados republicanos, se bem que dos mais conservadores: Henrique Trindade Coelho e Armindo Monteiro.<sup>37</sup> Se os objetivos monárquicos da visita não tinham sido, publicamente, manifestados pelos convidados, o certo, segundo o jornal dos democráticos, é que os convidantes, “às escancaras deixaram ver nitidamente os seus propósitos”.

O tom das críticas dirige-se também às manifestações populares, afanosamente preparadas por “elementos declaradamente inimigos da república”:

A palavra república foi banida em absoluto dessas manifestações em que tomaram parte, como é notório, funcionários do regime e para muitas das quais com a melhor parcela do seu ruidoso sucesso, funcionários do mesmo Estado Republicano, escolas, etc. [...]. De monarquismo puro era a atmosfera que em volta de tudo se sentia.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> Id., 2 Jun. 1924.

<sup>37</sup> *A Pátria*, Ponta Delgada, 16 Jun. 1924.

<sup>38</sup> Ibid.

Assim, o jornal alertava o governo para a situação e incentivava os republicanos ao combate em defesa do regime.

O *Correio dos Açores*, ainda que só respondendo diretamente a artigos publicados em Lisboa ou em alguns dos Açores não conotados diretamente com o Partido Republicano Português, argumentava que, como era público e notório, não houvera ataques às instituições republicanas. Só assim se compreendia, aliás, que, nos distritos de Angra do Heroísmo e da Horta, os visitantes tivessem sido cumprimentados pelos respectivos governadores e que, no de Ponta Delgada, os presidentes da Câmara e da Junta Geral também tivessem praticado este gesto de cortesia. O próprio governador civil assistira às conferências, aplaudindo os oradores, o presidente da Federação das Comissões Políticas do PRP no distrito acompanhara grande parte das excursões da “Missão Intelectual” e o jornal do Partido Republicano Nacionalista, *A Terra*, deixara claro que “não presenciara, nem tivera conhecimento da mínima incorreção de carácter político” praticada quer pelos “ilustres hóspedes”, quer pelos que os receberam. Assim, eram falsas quaisquer alegações que transmitissem a ideia de uma iniciativa com objetivos de propaganda monárquica e antipatriótica.<sup>39</sup> E, para que não restassem quaisquer dúvidas sobre o patriotismo dos açorianos, José Bruno Carreiro seria claro no discurso que proferiu no banquete de despedida oferecido aos continentais:

Sem falsa modéstia, eu direi a Vossas Excelências que nós, os Açorianos, consideramos, na absoluta sinceridade das nossas consciências, que muito temos feito, que muito representamos na vida portuguesa, que não há Portugueses melhores do que nós, que em parte alguma de Portugal existem hoje, mais vivas e mais puras, as qualidades e as virtudes que fizeram grande o nome da nossa Pátria imortal, procurando conservá-las imaculadas e intactas, como condição da nossa felicidade e da grandeza do nosso futuro.<sup>40</sup>

A situação nas hostes do Partido Republicano Português era, pois, complexa. Por um lado, a sua imprensa e o governador civil substituto de Ponta Delgada atribuíam à “Missão Intelectual” velados intuitos políticos ou mesmo ostensivas manifestações de carácter monárquico; por outro, o presidente da

<sup>39</sup> Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 6 Jul. 1924.

<sup>40</sup> Id., 14 Jun. 1924.

Federação das Comissões Políticas do PRP do distrito de Ponta Delgada, bem como outros militantes ou simpatizantes do Partido, participavam nos diversos eventos que rodearam a visita, conferindo, assim, apoio implícito à iniciativa do *Correio dos Açores*. Além disso, sendo ou não monárquicos, na sua maioria, os escritores, artistas, professores e jornalistas que integravam a “Missão”, o certo é que eram personalidades de prestígio nacional que, com a aceitação do convite, viriam, naturalmente, caucionar a linha editorial do *Correio dos Açores* em defesa da autonomia e na contestação à política seguida pelo governo central em relação aos interesses açorianos.

Deste clima de tensão política resultaria a elaboração de um relatório que o governador civil substituto de Ponta Delgada enviou ao governo. O relatório<sup>41</sup> apresentava uma imagem profundamente negativa do que em torno da visita dos intelectuais se passara, mas, significativamente, excluía os intelectuais de qualquer crítica. Acusados de participarem em manifestações de índole monárquica e de ausência, sem autorização, das suas funções, foram transferidos dois funcionários públicos e suspenso, até à realização do inquérito, o professor do Liceu de Ponta Delgada Aristides Moreira da Mota,<sup>42</sup> velho autonomista e presidente da Comissão de Recepção.<sup>43</sup> Não interessará, nesta oportunidade, discutir se a atitude de Jaime Hintze resultou de motivações de índole pessoal — por exemplo, despeito por não ter tido qualquer protagonismo na iniciativa — ou de carácter político-partidário — a circunstância de se ter manifestado republicano em data recente e, por isso, pretender assumir o papel de grande esteio da República no distrito. Interessa, sim, realçar que, no fundo, o relatório e as punições a que deu lugar constituíram instrumentos essenciais de propaganda dos interesses açorianos em nível nacional e de forte crítica à intolerância das instituições republicanas.

Ao ser tornada pública a notícia da suspensão de Aristides Moreira da Mota, um grupo dos seus antigos alunos dirigiu-se à residência do velho pro-

<sup>41</sup> Até à presente data não foi possível descobrir, quer no Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada, quer no Arquivo do Ministério do Interior, o original ou qualquer cópia do relatório. As informações foram obtidas através de artigos da imprensa ou de intervenções no Senado e Câmara dos Deputados. Segundo o *Correio dos Açores*, o relatório era demolidor relativamente ao governador civil efetivo, que não se encontrava nos Açores aquando da visita, e ao presidente da Federação das Comissões Políticas do PRP do distrito de Ponta Delgada. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 12 Jul. 1924.

<sup>42</sup> A suspensão teve início em 25 de Junho.

<sup>43</sup> V., entre outros, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 12 Jul. 1924.

fessor para lhe manifestar simpatia e solidariedade e protestar contra a arbitrariedade da medida governamental.<sup>44</sup> Atento, o chefe do distrito pediu informações à política cívica sobre as pessoas que mais se teriam evidenciado na manifestação.<sup>45</sup> A imprensa açoriana tece também fortes críticas às punições impostas pelo governo enquanto republicanos históricos, como Henrique Brás, por exemplo, se solidarizavam publicamente com Aristides da Mota.<sup>46</sup>

Ao regressarem a Lisboa e depois de terem tomado conhecimento das punições, os diversos elementos da “Missão” afadigaram-se em escrever para os jornais de Lisboa, criticando acerbamente a decisão governamental e defendendo os resultados “patrióticos” da iniciativa. José Leite de Vasconcelos, verberando a “nefanda política”, dirige fortes críticas ao governador civil substituto e ao ministro da Instrução, por ter mandado suspender Aristides da Mota, acrescentando: “calculo quanto pesar esta sentença despertou no arquipélago, onde o Sr. Dr. Aristides é, e com razão, muito estimado e onde sempre todos estão sobressaltados com o que lhes possa ir do Terreiro do Paço”.<sup>47</sup> Joaquim Manso, diretor do *Diário de Lisboa*, questionava: “como se explica que alguns hidrófobos de Ponta Delgada encarassem, com mau olhar, puras manifestações de ciência, arte e patriotismo”?<sup>48</sup>

Se praticamente todos os visitantes publicaram nos jornais de Lisboa artigos em defesa de Aristides da Mota e dos funcionários transferidos, o certo é que o mais constante e radical foi, sem dúvida, Henrique Trindade Coelho, o que era importante para José Bruno Carreiro e o grupo do *Correio dos Açores*, uma vez que Trindade Coelho não podia ser acusado de monárquico, ainda que militasse nas facções republicanas mais conservadoras. Além disso, pugnavam pela autonomia dos Açores, no contexto geral da organização federal, que defendia como fator essencial para a boa administração do país.<sup>49</sup> Conside-

<sup>44</sup> Id., 29 Jun. 1929.

<sup>45</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, *Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada*. “Ofício do Governador Civil de Ponta Delgada ao Comissário da Polícia Cívica”. Ponta Delgada, 1924, Junho, 28. Livro 426, fl. 75.

<sup>46</sup> Henrique Brás, na carta que dirige a Aristides da Mota, define-o como monárquico. Aristides responde nos seguintes termos: “Sou tão monárquico agora na república, como republicano era no tempo da monarquia [...]. A crítica que eu ocasionalmente possa, em regime republicano, ter feito à sua administração, nem sombra é da que eu fiz à administração monárquica”.

<sup>47</sup> Transc. no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 3 Ago. 1924.

<sup>48</sup> Transc. no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 11 Jul. 1924.

<sup>49</sup> V. os artigos transcritos de *A Época*, de Lisboa, no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 12 Jul. e 1 Ago. 1924.

rando o arquipélago como “refúgio da *alma latina*”, “abandonado pela mãe-pátria”, mas que, apesar de tudo, se mantinha atento e preocupado com os rumos que o país trilhava, não tendo ainda sido “contaminado” pelas “perverções continentais”, Trindade Coelho combate a ideia de que nos Açores grasassem ambições de independência ou emancipação, mas, antes, o que se reclamava era a instauração de uma mera autonomia administrativa.<sup>50</sup> Relativamente às acusações do governador civil substituto sobre a ocorrência de manifestações monárquicas aquando da visita dos intelectuais, Trindade Coelho foi peremptório: nunca a tal tinha assistido e a melhor testemunha seria o próprio chefe dos democráticos no distrito de Ponta Delgada, que acompanhara a missão em todas as suas deslocações.<sup>51</sup>

Mas, além da imprensa de Lisboa e dos Açores, a questão suscitada pelos castigos aplicados aos funcionários públicos chegou mesmo ao Senado e à Câmara dos Deputados.

De facto, na sessão da Câmara dos Deputados de 15 de Julho de 1924, o assunto é levantado pelo deputado pelo distrito de Ponta Delgada, Hermano de Medeiros, do Partido Republicano Liberal, salientando, relativamente aos dois funcionários transferidos, que um era filiado no seu partido e o outro colaborava com os democráticos. Hermano de Medeiros critica a precipitação do governador civil substituto e exige a revogação das transferências. Outro deputado por Ponta Delgada, Jaime de Sousa, do Partido Republicano Português, empenha-se em retirar qualquer culpa ao chefe do distrito, passando-a para o governo anterior, chefiado pelo nacionalista Álvaro de Castro. Na sua opinião, as medidas disciplinares, a existirem, só deviam ser aplicadas após ser conhecido o resultado do inquérito. O deputado Sá Cardoso, anterior ministro do Interior, intervém em defesa da decisão que tomara enquanto ministro, pois esclareceu que recebera um relatório de Jaime Hintze, que acusava vários funcionários públicos de terem participado em reuniões onde se fizera “profissão de fé monárquica” e outros que fecharam escolas para os alunos comparecerem nas manifestações com bandeiras azuis e brancas. Tudo isto seria suficiente para o governo tomar aquelas medidas.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 12 Jul. 1924.

<sup>51</sup> *Id.*, 1 Ago. 1924.

<sup>52</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15 de Julho de 1924, p. 22-24.

No Senado, a disputa verificou-se entre dois senadores monárquicos — Querubim Guimarães e d. Tomás de Vilhena — por um lado, e o senador democrático por Ponta Delgada, António de Medeiros Franco, por outro. Como é natural, estando os campos políticos e ideológicos definidos à partida, as intervenções não trouxeram grandes novidades: por um lado, os monárquicos a utilizarem a situação para desferirem fortes ataques às instituições republicanas e seus agentes, pela intolerância e desrespeito pela liberdade individual de que a suspensão de Aristides da Mota era exemplo; por outro, o senador democrático a defender o governador civil substituto, reconhecendo, também, que teria sido preferível aguardar pelo resultado do inquérito.

Mas há, na intervenção de António Franco, um aspecto que convém salientar, na medida em que pode ajudar a conhecer os limites da liberdade de opinião, e, no caso concreto, a compreender o que se concebia como ofensa à “integridade moral da República” e, portanto, motivo para castigo, se se tratasse de funcionários públicos. Citando o discurso que Aristides da Mota proferira na apresentação do conferencista Luís de Magalhães, António Franco destaca a passagem em que o orador se referia à participação de Luís de Magalhães na Monarquia do Norte e ao julgamento a que fora sujeito após o termo da aventura monárquica: “a rebelião vencedora castigou assim a rebelião vencida”. E conclui o senador:

Esta e outras frases [...], proferidas por um funcionário público educador das gerações a quem, no futuro, se hão de entregar os destinos da Nação, não podiam deixar de merecer certos reparos por parte de quem tem por obrigação defender, no exercício do seu cargo, a integridade moral da República [...]. O Sr. Aristides Mota, que é considerado como um distinto homem de letras, devia limitar-se, na apresentação do ilustre conferente, a apreciá-lo sob o ponto de vista literário e nunca sob o aspecto político, pois de política, diziam, se não devia tratar com a visita da missão.<sup>53</sup>

Por despacho de 18 de Outubro de 1924, foi anulada a suspensão de Aristides da Mota, não tendo havido lugar a qualquer inquérito. Aristides da Mota nunca chegou a ter conhecimento das alegações que contra ele constavam

---

<sup>53</sup> Ibid.

do relatório enviado ao governo. No dia 20, os alunos do liceu fizeram-lhe uma manifestação de apoio e regozijo.<sup>54</sup>

## A terminar

A “Missão Intelectual” ultrapassara as expectativas. O jornal católico mi-caelense *A Actualidade* chegava mesmo a reconhecer que as medidas punitivas do governo se teriam revelado como “uma das muito poucas obras boas que fez o governo do sr. Álvaro de Castro”, na medida em que cobrira de ridículo o governo e seus informantes e prestigiara Aristides da Mota.<sup>55</sup>

Além dos dois livros publicados na sequência da viagem por dois dos visitantes,<sup>56</sup> a “Missão Intelectual” contribuiu, sem dúvida, para a divulgação, na imprensa continental, de uma imagem positiva dos Açores e do seu povo e também, principalmente através dos artigos de Henrique Trindade Coelho, para a propagação, em nível nacional, das teses autonomistas açorianas. Internamente, a jornada serviu também como elemento mobilizador em torno da questão autonomista e de acentuação do prestígio do grupo do *Correio dos Açores*. De facto, após um período de certa estagnação política e de fraca dinâmica do movimento autonomista, depois das eleições legislativas de 1921, o certo é que nas eleições de 1925 os candidatos conservadores, sob a denominação de “regionalistas”, venceram as eleições por larga margem. Evidentemente que não se pretende fazer aqui uma relação direta entre os resultados da “Missão Intelectual” e a vitória regionalista nas eleições de 1925, pois muitas outras variáveis teriam que ser tidas em consideração, como as próprias alterações no espectro partidário. Mas também há que ter em consideração o facto de o *Correio dos Açores* ter sido o principal esteio das candidaturas regionalistas de Filomeno da Câmara e Herculano Amorim Ferreira a estas eleições.<sup>57</sup>

<sup>54</sup> Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 23 Out. 1924.

<sup>55</sup> *A Actualidade*, Ponta Delgada, 12 Jul. 1924. Aristides da Mota expressou a idêntica opinião: “Afinal, a suspensão que me foi imposta, longe de satisfazer aos intentos depreciativos que a inspiraram, provocou a opinião pública a liberalizar-me, com largueza, e a atribuir-me um valor que eu muito bem sei que não tenho. Ver Mota (1924).

<sup>56</sup> César (1924); Vasconcelos (1924).

<sup>57</sup> Sobre as eleições de 1921 e 1925 nos Açores, v. Luís Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, SREC/Drac, 1992.

Os visitantes, na sua maioria, cumpriram as promessas de divulgação nacional das belezas dos Açores, do labor incansável das suas gentes, da sua nobreza de carácter, do “adiantamento” cultural e “material” das diversas ilhas, do patriotismo e da paz social que imperavam, do “esquecimento” a que o poder central votava as ilhas, da capacidade administrativa das suas elites.

Procurava-se, como diria posteriormente o *Diário de Lisboa*, criar em Lisboa um “ambiente açoriano”, sem o qual nada seria possível fazer-se relativamente às reivindicações açorianas.<sup>58</sup> Para tanto, não há dúvida de que o contributo da “Missão Intelectual” foi essencial, até porque serviu também para motivar a colónia açoriana residente em Lisboa no sentido da defesa dos interesses das ilhas e da divulgação da realidade insular, nas suas diversas vertentes, além, naturalmente, da importância dos artigos e conferências dos visitantes para a criação de uma imagem positiva dos Açores na opinião pública nacional.

## Referências

- BATISTA, António. *A verdade vence*. Horta: Tipografia de “O Telégrafo”, 1924.
- BETTENCOURT, Urbano. O gosto das palavras, II. *Jornal de Cultura*, Ponta Delgada, p. 41-47, 1995.
- CÉSAR, Oldemiro. *Terras de maravilha: os Açores e a Madeira*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda., 1924.
- CORDEIRO, Carlos. *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*. Lisboa: Salamandra, 1999.
- FERNANDES, Albino. *Carvalho Araújo. Herói sem mácula*. Lisboa: ed. do autor, 1961.
- MENEZES, Luís. *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*. s.l.: SREC/Drac, 1992.
- MOTA, Aristides Moreira da. Agradecimento. Esclarecendo. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 16 Nov. 1924.
- PAVÃO, J. de Almeida. Os Açores vistos de fora. *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, n. 2, p. 7-15, 1990.
- PAVÃO, J. de Almeida. Páginas revividas: ensaios e outros escritos. *Jornal de Cultura*, Ponta Delgada, p. 29-39, 1995.

---

<sup>58</sup> Cit. em *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1 Mar. 1925.

RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira. Dr. José Bruno Carreiro. *Insulana*, Ponta Delgada, v. XXXVI-XXXVII, p. 77-110, 1981/1982.

SOUSA, Nestor de. Três temas da escultura de Canto da Maia. *Arquipélago. História*, 2. série, v. VIII, p. 187-189, 2004.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Mês de sonho*. Lisboa, 1924.